

Valter Lemos diz que reitores e presidentes não são donos das instituições

Forças locais devem intervir

O antigo presidente do IPCB mostra-se surpreendido com o facto dos reitores de universidades e presidentes dos institutos politécnicos acatarem a ordem do Secretário de Estado do Ensino Superior. “O Secretário de Estado não tem poderes de superintendência sobre as instituições. Tem isso sim poderes de tutela, para dar orientações, mas as instituições são autónomas e não recebem ordens do secretário de Estado”, explica Valter Lemos.

O antigo governante, hoje professor da Escola Superior de Educação de Castelo Branco, lembra que “no tempo em que eu pertencia ao Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos (Ccisp), o senhor secretário de Estado teria tido uma resposta à altura”.

Valter Lemos diz que essa “falta de reação pode dar a ideia para a população de que os politécnicos concordam com tudo isto e com os cursos de curta duração. Não vi nenhuma posição do Ccisp a rejeitar tudo isto. O Governo pode reagir da forma como entender, mas as instituições têm direito de poder discordar”.

Aquele responsável adianta que poderá estar a ser passada uma imagem de cumplicidade por parte dos presidentes dos politécnicos e dos reitores das universidades com as propostas do Governo e avisa: “se houver essa cumplicidade é puro suicídio dos politécnicos. E no caso dos reitores, se a

cumplicidade vem da mera opção oportunista de dizer se fechar a instituição do lado ganho aqui mais alunos, isso pagar-se-á, pois as universidades nunca se construíram à custa dessas coisas, mas sim através de objetivos de longo prazo”.

De igual modo, Valter Lemos mostra-se preocupado com o facto “de não ver as forças locais, desde autarcas, políticos, líderes locais e regionais, assumirem este combate de uma forma clara. Gostava de dizer aos presidentes de câmara, não só das capitais de distrito, mas sim dos outros concelhos, que se deixarem ocorrer o que está em cima da mesa – a extinção das instituições –, prestarão o pior serviço dos últimos 50 anos às suas regiões. A criação dos politécnicos e de algumas universidades foi uma das mais importantes decisões de política que ocorreu em Portugal. E os mais atentos já perceberam os efeitos que as degradações das instituições de ensino superior estão a ter nas suas regiões”.

Valter Lemos salvaguarda, no entanto, o papel que a Câmara de Castelo Branco tem tido nesta matéria. “Tem sido um aliado incondicional do Politécnico e não tenho a mínima dúvida de que fará um combate aceso a isto. A hipótese de se extinguir uma instituição como o Politécnico, fará recuar Castelo Branco ao período de pré-desenvolvimento”.

A questão das integrações também foi analisada por



Antigo governante estranha o silêncio dos politécnicos

Valter Lemos. “A possibilidade de se integrar uma instituição noutra, terá que passar pela redefinição dos objetivos das instituições. Caso contrário estaremos a extinguir uma delas, até por que este Governo também já disse que era contra os polos. Então se é contra os polos, como é que é possível equacionar uma universidade com polos noutros locais – por exemplo no Alentejo com a Universidade de Évora – se o governo é contra isso. E por outro lado, se lá ficam os

polos o que é que se racionaliza?”, diz.

No caso de Castelo Branco uma das questões que se coloca é uma eventual fusão com a Universidade da Beira Interior. “As razões que referi atrás são as mesmas, agravadas por razões de carácter regional e local. Não digo isto por nenhuma razão de oposição à UBI. Reconheço à Universidade um papel igual, nalguns casos maior, noutros menor, ao do Politécnico de Castelo Branco. Mas não querer ver o problema que

daí resulta é uma questão séria”.

Valter Lemos questiona: “Se as instituições se fundissem, haveria a possibilidade de se extinguirem faculdades que estão na Covilhã e manter a funcionar valências em Castelo Branco, ou não? Ou a única hipótese seria extinguir valências em Castelo Branco? O mesmo se questiona se for com outras instituições, por exemplo com a Guarda”.

Para Valter Lemos, este tipo de debate não é exclusivo das “instituições. Ter a ideia, como a que este Secretário de Estado teve, para os presidentes dos politécnicos e os reitores tratarem do assunto, como se este fosse técnico e não político é estar a brincar com as pessoas. É impensável este tipo de coisas sem a participação dos órgãos de política. Não estou a ver a possibilidade dos presidentes de Câmara e dos líderes políticos abdicarem do direito e do dever de intervir num processo destes. Ou seja, este tipo de decisão não pode ser colocado exclusivamente à responsabilidade aos presidentes dos politécnicos e aos reitores. Os órgãos dessas instituições também devem participar. Mas não são os únicos! Os presidentes dos politécnicos não são os donos dos politécnicos, nem os reitores donos das universidades, nem têm a possibilidade de poder assacar a si a responsabilidade de definir a dimensão da instituição face à comunidade. Não estou a ver que possa ocorrer isso,

muito menos no interior do país, pois as instituições de ensino superior do interior têm um papel na política regional completamente diferente que as do litoral, logo os direitos da comunidade intervir são muito maiores!”.

O também presidente da Assembleia Municipal de Castelo Branco não tem dúvidas que “o objetivo final do Governo é fechar as instituições” e lembra se a aposta é manter o sistema binário, convém referir que “há mais universidades no país que politécnicos, pelo que não faz sentido cortar mais nos politécnicos que nas universidades”.

Valter Lemos diz que o mínimo o “que se pede ao Governo é que as decisões se baseiam em estudos. Até agora não há uma única medida que tenha sido tomada com base em estudos. Não há na história nada assim. David Justino, Marçal Grilo ou Maria de Lurdes Rodrigues estavam a milhões de quilómetros nessa matéria. A política tem que se fundamentar em conhecimento. Tem que haver transparência em política e em democracia. E depois a decisão política deve ser transparente para que o cidadão possa avaliar a justiça da decisão e os impactos que essa decisão tem na sua vida. Estamos a falar de coisas muito importantes. O ensino superior tem um peso importante no país. As famílias e os jovens têm que ter essa clareza, pois isso condiciona o futuro das suas vidas”.

João Carrega